

Adjudicatário — Construções Pragosa, S. A.  
 Empreitada caminho rural Vale Canada/Vermelha.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 44 027,56 euros.  
 Adjudicatário — Construções Pragosa, S. A.  
 Empreitada da rede de saneamento da zona envolvente à escola velha do Vilar.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 49 224,36 euros.  
 Adjudicatário — Francisco C. José, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada da requalificação e valorização do Vilar — Rua da Alcântara.  
 Concurso público.  
 Valor — 289 232,39  
 Adjudicatário — Construções Pragosa, S. A.  
 Empreitada da rede de esgotos de São Salvador.  
 Concurso público.  
 Valor — 144 401,99 euros.  
 Adjudicatário — O. D. S, S. A.  
 Empreitada do Largo da Igreja da Vermelha.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 40 868,51 euros.  
 Adjudicatário — Mário Pereira Cartaxo, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada do alargamento e beneficiação da EM 615 no Painho.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 132 719,36.  
 Adjudicatário — Francisco C. José, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada da reconstrução da estrutura do pavimento interior e rebocos exteriores da escola velha do Vilar.  
 Ajuste directo.  
 Valor — 24 904,93 euros.  
 Adjudicatário — Fircopol, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada do saneamento dos Casais Correia.  
 Ajuste directo.  
 Valor — 24 502,09 euros.  
 Adjudicatário — Mário Pereira Cartaxo, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada das infra-estruturas da zona de expansão de Vale de Abrigo — 1.ª fase.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 105 585,69 euros.  
 Adjudicatário — Mário Pereira Cartaxo, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada do arranjo urbanístico da Rua das Escolas Velhas na Dagorda.  
 Concurso limitado sem publicação de anúncio.  
 Valor — 29 989,87 euros.  
 Adjudicatário — Asibel, L.<sup>da</sup>  
 Empreitada da requalificação urbanística de Figueiros — Rua Principal.  
 Concurso público.  
 Valor — 155 754,49 euros.  
 Adjudicatário — Mário Pereira Cartaxo, L.<sup>da</sup>

13 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Aristides Lourenço Sécio*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR

**Aviso n.º 2305/2003 (2.ª série) — AP.** — João Manuel Borrega Burrica, presidente da Câmara Municipal de Campo Maior:  
 Torna público, que nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada em 19 de Fevereiro de 2003, a alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças e Outras Receitas Municipais Administrativas — Transferência de Competências dos Governos Cívicos para as Câmaras Municipais, e que, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, vai ser submetido à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

Mais torna público que, a aludida alteração de regulamento, poderá ser consultado durante o horário normal de expediente na Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal e que quaisquer sugestões ou reclamações devem ser apresentadas dentro do prazo supramencionado.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

24 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Borrega Burrica*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

**Aviso n.º 2306/2003 (2.ª série) — AP.** — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Por despacho do presidente da Câmara, de 25 de Fevereiro de 2003, Adriano Pereira da Silva Prado, renovado, por mais seis meses, com efeitos a partir de 4 de Maio de 2003, inclusive, o contrato de trabalho a termo certo celebrado em 4 de Novembro de 2002, para a categoria de operário altamente qualificado/mecânico, o qual havia sido objecto de publicação no apêndice n.º 161, ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 12 de Dezembro de 2002. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Paulo Ramalheira Teixeira*.

### CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

**Aviso n.º 2307/2003 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos, e dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se pública a lista de antiguidade do pessoal desta Câmara Municipal, organizada nos termos do artigo 93.º do citado diploma, tendo sido afixada nos locais de trabalho desta autarquia.

25 de Fevereiro de 2003. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*.)

### CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

**Aviso n.º 2308/2003 (2.ª série) — AP.** — *Discussão pública do Plano de Pormenor da Quinta do Vale, Monte Francisco — Regularização.* — Dr. José Fernandes Esteves, presidente da Câmara Municipal de Castro Marim:

Torna público que, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e por haver a necessidade de se proceder à regularização do período de discussão pública a que o referido plano foi sujeito, em desconformidade com o estabelecido no n.º 4 do artigo 77.º do diploma atrás referido, e para sanar tal situação, encontra-se aberto o período de discussão pública pelo prazo de 44 dias a contar do 15.º dia após a publicação deste aviso no *Diário da República*.

As sugestões ou observações a apresentar deverão ser formuladas, por escrito, endereçadas ao presidente da Câmara Municipal ou entregues directamente na Divisão de Administração Urbanística, onde se encontra disponível todo o processo, para consulta, durante o horário normal de funcionamento.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e publicado no *Diário da República*, 2.ª série e nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Algarve* e *Postal do Algarve*.

21 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *José Fernando Esteves*.

**Aviso n.º 2309/2003 (2.ª série) — AP.** — *Plano de Pormenor da Zona de Lazer de Castro Marim.* — o Dr. José Fernandes Esteves, presidente da Câmara Municipal do concelho de Castro Marim:

Faz público que, nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, foi deliberado pela Câmara Municipal de Castro Marim, na sua reunião ordinária de 29 de Janeiro de 2003, mandar elaborar o Plano de Pormenor da Zona de Lazer de Castro Marim, prevendo-se para a sua elaboração um período de 12 meses.

Subjacente à decisão da Câmara estão os seguintes fundamentos:

Considerando que:

O PDM de Castro Marim, no capítulo XII do seu regulamento destinado a equipamentos, não programa nem prevê a localização de qualquer equipamento desportivo, deverá ser previsto um Plano Municipal de Ordenamento do Território de ordem inferior, para este efeito;

Nestas circunstâncias a zona desportiva tem necessariamente que ocupar terrenos fora do perímetro urbano, no entanto, e devido à especificidade do equipamento deverá localizar-se próximo do aglomerado;

A necessidade de se fazer a contenção do aglomerado urbano estabelecendo a transição entre este e a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António;

O projecto deverá vir a constituir uma obra de elevada qualidade que ofereça uma zona de serviços de desporto e de lazer não só aos habitantes de Castro Marim mas também aos visitantes e residentes de outras cidades e vilas circundantes.

Na decorrência do que vem sendo descrito anteriormente e atendendo à potencialidade do espaço em análise, surgiu a necessidade de elaboração de um plano de pormenor, enquadrado na moldura jurídica constituída pelo Regime Jurídico do Ordenamento do Território — Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, instrumento de planeamento com vocação para planear a dita Zona de Lazer de Castro Marim.

Mais se anuncia que, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º e a contar da data da publicação no *Diário da República*, é fixado um período de 30 dias, por forma a que sejam formuladas sugestões ou apresentadas informações sobre questões que sejam julgadas relevantes para a elaboração do plano, as quais devem ser formuladas por escrito no Gabinete de Atendimento e Apoio ao Município, ou por via postal, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Castro Marim.

Para constar e surtir os devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicitados na imprensa e afixados nos lugares de estilo.

25 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *José Fernando Esteves*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA

**Aviso n.º 2310/2003 (2.ª série) — AP.** — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada, no edifício dos Paços do Município de Condeixa-a-Nova, a lista de antiguidades do pessoal desta Câmara Municipal, organizada nos termos do artigo 93.º do citado diploma legal.

Da organização da lista, e conforme dispõe o n.º 1 do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso.

10 de Fevereiro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Teixeira Bento*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

**Aviso n.º 2311/2003 (2.ª série) — AP.** — *Contratação de pessoal a termo certo.* — Para os devidos efeitos, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que, de acordo com o despacho do presidente da Câmara de 27 de Novembro de 2002, foi determinada a contratação a termo certo, por urgente conveniência de serviço, para o período de 2 de Dezembro de 2002 a 1 de Dezembro de 2003, para a categoria de assistente administrativo da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 192, com Sónia Miguel Galvão Nunes Marques, para a delegação da Câmara Municipal de Coruche na vila do Couço.

A contratação acima mencionada não está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

18 de Fevereiro de 2003. — O Vereador, com competência delegada, *Júlio Jorge de Miranda Arrais*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS

**Aviso n.º 2312/2003 (2.ª série) — AP.** — Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público que durante o ano de 2002 foram adjudicadas as seguintes obras constantes no mapa anexo:

### Lista das adjudicações durante o ano de 2002, a que se refere o artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março

Entidades adjudicatárias	Denominação da obra	Valor da adjudicação, sem IVA (em euros)	Forma de atribuição
José M. P. Martins	Empreitada de infra-estruturas da Zona dos Cucos — estação elevatória	22 121,73	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Vila Fernando — pavimentação — 1.ª fase	24 583,58	Concurso limitado.
Construtora do Lena, S. A.	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Santa Eulália — pavimentação — 1.ª fase	75 432,84	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Barbacena — pavimentação — 1.ª fase	14 787,40	Ajuste directo.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de pavimentação da zona envolvente ao jardim de Vila Boim	25 053,08	Concurso limitado.
Licivil, L.ª	Empreitada de construção do muro para o cemitério municipal de Elvas	25 024,27	Concurso limitado.
Certar — Soc. de Construções, S. A.	Empreitada de modernização administrativa dos Paços do Concelho, 1.ª fase — beneficiação da cobertura	124 444,90	Concurso limitado.
Licivil, L.ª	Empreitada de adaptação do antigo hospital a museu de arte contemporânea — 1.ª fase — beneficiação da cobertura.	109 000,00	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de São Vicente — pavimentação — 2.ª fase	77 495,59	Concurso limitado.
Elviprédios — Soc. Elvense de Construção, L.ª	Empreitada de ampliação do Lar de São Vicente e beneficiação da cobertura	123 108,86	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Santa Eulália — pavimentação — 2.ª fase	70 152,63	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Vila Fernando — pavimentação — 2.ª fase	50 077,30	Concurso limitado.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de infra-estruturas do loteamento municipal de Barbacena — pavimentação — 2.ª fase	8 761,84	Ajuste directo.
Agrocinco Construções, L.ª	Empreitada de pavimentação no loteamento municipal de Vila Boim — 2.ª fase	11 120,12	Ajuste directo.
Certar — Soc. de Construções, S. A.	Empreitada de pavimentação no loteamento municipal da Terrugem — 2.ª fase	26 542,25	Concurso limitado.